

de base para o desenvolvimento de programas públicos municipais”, diz Clarinda.

Único na cidade, o acervo da hemeroteca “é muito manuseado e, como é um material delicado, formado por um recorte colado a um papel sulfite, está sendo destruído”, conta Gláucia Pécora, diretora da Biblioteca Municipal de Campinas. “Por isso, o projeto é tão importante, pois além de preservar esse acervo em meio eletrônico, abre novas possibilidades de pesquisa”, diz.

A hemeroteca conta com mais de 2 mil títulos, incluindo não só as notícias sobre a região, que representam metade do acervo, mas também temas específicos sobre ciência, cultura, esportes e outros assuntos, cada qual com cinco ou seis pastas de recortes. “É a principal fonte de atualização da biblioteca, já que não temos muitos recursos para a compra de livros”, afirma Gláucia. Além das informações retiradas de jornais e revistas, em um total de 60 mil páginas em formato eletrônico PDF (*Portable Document Format*), a página da biblioteca na Internet – ainda em construção dentro do endereço www.campinet.sp.gov.br – contará também com cópias da legislação e de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, com o intuito de atender a demanda de professores da rede pública.

Na última etapa do projeto, prevista para novembro de 2002, os livros também serão digitalizados e colocados na Web, completando a construção da biblioteca virtual de Campinas. “O site terá um extenso material de pesquisa”, diz Clarinda, “servindo para trabalhos estudantis, para a elaboração de aulas por parte dos professores e para a consulta de autoridades e funcionários do setor público”. Atualmente, o setor permanente da Biblioteca Municipal de Campinas, na qual encontra-se a hemeroteca, costuma receber quase 6 mil usuários a cada mês, que pesquisam cerca de 5.800 assuntos de todas as áreas.

COMUNIDADES

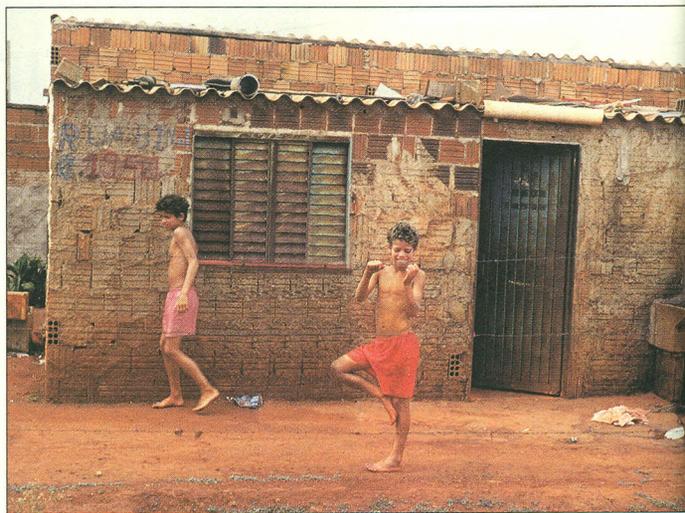
Radiografia da periferia

Em estudo, como vivem os migrantes de Ribeirão

Três bairros da periferia da cidade são o alvo de pesquisa que está sendo realizada por professores da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), com apoio da FAPESP. O desenvolvimento do projeto vai mostrar quantos são, de onde e porquê vieram e como vivem os moradores do Jardim Progresso, do Conjunto Habitacional Avelino Alves Palma e do Conjunto Anhangüera (uma fazenda loteada), em Ribeirão Preto. “Hoje a prefeitura não tem nenhum levantamento preciso a respeito desses locais. Partindo do pressuposto básico da antropologia, de conhecer as comunidades do seu interior, fazemos diários de campo, entrevistas e observamos a realidade”, diz a socióloga Maria Esther Fernandes, que coordena o projeto. As informações levantadas darão subsídio à formulação de políticas públicas em educação, saúde, segurança, saneamento, transporte, emprego, meio ambiente e outros. A intenção da coordenação é organizar um livro com esses dados.

Parte dos recursos da FAPESP foi aplicada na compra de equipamentos que facilitam o registro do cotidiano, como máquinas fotográficas, filmadoras e gravadores. O projeto está na segunda fase desde outubro passado. “Desde que iniciamos a pesquisa de campo, vários aspectos tornaram-se im-

portantes, como o problema da violência. No trabalho ombro-a-ombro, conseguimos a colaboração de policiais que atendem à comunidade do Jardim Progresso”, conta a socióloga. O envolvimento dos líderes comunitários no projeto é crescente, especialmente daqueles que atuam na Pastoral da



A maioria das famílias vem do Nordeste e de Minas

Saúde. A participação do poder público também se ampliou. O parceiro formal do projeto é a Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social da prefeitura. No entanto, as secretarias da Educação e da Saúde integraram-se à equipe que atua no Jardim Progresso, o antigo Jardim Sem-Teto, área ocupada há cinco anos por cerca de 2 mil famílias vindas principalmente do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha, em Minas, à procura do emprego que a então chamada Califórnia paulista prometia. Com os migrantes de lá, pretendem realizar um trabalho que possa servir de modelo.